



SERVIDORES DO IFCE ENCERRAM GREVE APÓS DOIS MESES



Imagem: Campus Fortaleza

Em Assembleia realizada no dia 28 de junho, no auditório do campus Fortaleza, os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) decidiram encerrar a greve e iniciar o processo de retorno às atividades nos campi. A categoria, embora não tenha conseguido atender todas as propostas, especialmente a recomposição salarial para 2024, reconhece avanços importantes obtidos junto ao governo.

Entre as conquistas, destaca-se a revogação da Instrução Normativa 983, que garante isonomia entre docentes da carreira EBTT e do Magistério Superior em relação à carga horária de ensino, e a implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) em abril de 2026.

O Comando de Greve do SINDSIFCE avaliou que, apesar de insuficiente, o acordo é vitorioso. "Mesmo com o ultimato do governo sobre o movimento grevista e tentativas de golpe por parte do PROIFES, que culminaram em um acordo assinado e posteriormente suspenso pela Justiça Federal, a greve alcançou resultados significativos," afirmou o

Comando.

Um dos marcos mais notáveis da greve de 2024 foi o aumento substancial da mobilização entre os servidores, evidenciado pelo maior engajamento da categoria em ações de greve, o que expandiu o número de sindicalizados. A greve também é vista como histórica no movimento da educação federal, sendo considerada por muitos como a maior já realizada no país.

Histórico da Greve no IFCE

A adesão à greve nacional do Sinasefe foi deliberada pelos servidores, docentes e TAEs do IFCE em 5 de abril, com o início da paralisação em 11 de abril. A greve envolveu instituições como Institutos Federais, Cefets e o Colégio Pedro II, com pautas que incluíam reposição salarial, reestruturação de carreiras, recomposição orçamentária das IFEs, e a revogação do Novo Ensino Médio e outras medidas contrárias ao serviço público.

Durante a greve, diversos campi organizaram eventos como aulas abertas, assembleias, discussões, manifestações públicas, eventos culturais e encontros. A

Nessa edição:

- Servidores do IFCE encerram greve após dois meses
- SINDSIFCE participa da "1 Conferência Inteligência Artificial, Sindicatos e a luta por Direitos"

- SINDSIFCE passa a compor recém criado Fórum Cearense em Defesa da Educação Federal

paralisação também possibilitou a discussão de temas cruciais como remuneração, progressão na carreira, equidade entre trabalhadores ativos e aposentados, e a significativa redução nos orçamentos de universidades e institutos.

A greve, apesar da postura inflexível do governo e do uso do PROIFES para enfraquecer o movimento, permitiu importantes conquistas para a categoria.

Conquistas da Greve Nacional do SINASEFE

Em 2024, o SINASEFE realizou sua 19ª greve, deflagrada em 3 de abril. Após 86 dias, foram assinados dois Termos de Acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), contemplando parte das reivindicações da greve nacional. A paralisação atingiu 562 unidades de ensino em 25 estados e no Distrito Federal, com 79 seções sindicais participando ativamente.



Foto: Ascom Sinasefe

A unidade entre SINASEFE, Andes-SN e Fasubra Sindical fortaleceu a luta, resultando em conquistas significativas para servidores, estudantes e a Rede Federal de Educação. Entre as principais vitórias, destaca-se a destinação de R\$ 10 bilhões em investimentos até 2026 para as Instituições Federais de Ensino (IFEs), a recomposição orçamentária de R\$ 120,7 milhões para os Institutos Federais e de R\$ 279 milhões para as Universidades Federais.

Conquistas para TAEs e Docentes

Para os TAEs:

- Reestruturação remuneratória: 9% em janeiro de 2025 e 5% em maio de 2026;
- Jornada de trabalho de 6 horas ininterruptas (30 horas semanais) sem redução salarial;
- Implementação do RSC em 2026;
- Concursos de Intérpretes de Libras (Nível E);
- Reposicionamento dos aposentados.

Para os docentes:

- Reestruturação remuneratória: 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em maio de 2026;
- Revogação da Portaria nº 983/2020;
- Liberação do controle de frequência ao EBTT;
- Regras padronizadas para progressão;
- Fim dos recursos judiciais contra os processos de concessão do RSC.

A luta também assegurou a aprovação da Lei da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – Lei 14.914, de 3 de julho de 2024, beneficiando diretamente os estudantes.

Vigilância e Continuidade

A consolidação dessas conquistas está em andamento, com tratativas contínuas entre SINASEFE, Andes-SN, Fasubra e os Ministérios da Educação e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. A categoria segue atenta e vigilante para garantir a implementação dos acordos e a continuidade das melhorias conquistadas.

Reflexões sobre a Greve e seus resultados

Quando iniciamos a greve, esperávamos uma maior participação da nossa base, incluindo as entidades e lideranças sindicais em todos os níveis, tanto nacional quanto nas seções locais. Organizamos diversas mobilizações, e a expectativa era de um envolvimento mais expressivo. No entanto, ao refletir sobre as conquistas obtidas, percebo que, apesar das dificuldades, houve avanços significativos.

Entramos na greve com pautas claras: reivindicação de reposição salarial, reestruturação das carreiras, recomposição dos orçamentos dos institutos federais e a revogação de portarias e instruções normativas do governo federal que nos prejudicavam frontalmente. Entre essas, a revogação do novo ensino médio também foi um tema central. Ainda que o Congresso Nacional tenha votado um projeto sobre isso logo após a greve, focamos principalmente nas quatro primeiras pautas, que foram as que mais mobilizaram nossa base.

Em relação à recomposição salarial, conseguimos avanços importantes. Quanto à reestruturação das carreiras, especialmente as dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE), houve progresso notável. A nova tabela de carreiras, que antes tinha como referência o nível A, agora se baseia no nível E, garantindo um crescimento mais equitativo para todos os níveis. Além disso, corrigimos erros históricos e conseguimos conquistas como a RSC

Para conhecer todos os nossos parceiros,
acesse: sindsifce.com.br/convenios

(Reconhecimento de Saberes e Competências), algo que os TAEs esperavam há mais de uma década. Também houve sinalizações positivas sobre a carga horária de 30 horas e pautas democráticas que remontam à greve de 2015.

No entanto, no que diz respeito aos docentes, não avançamos tanto quanto esperávamos. Havia duas propostas de reestruturação da carreira em discussão – uma do Sinasefe e outra do Andes – e o governo deixou claro desde o início que só negociaria pontos que tivessem consenso entre as duas entidades. Isso restringiu nossas negociações, e as mudanças para os docentes foram limitadas, como alterações nos steps nos níveis D3 e D4 e a aglutinação das classes 1 e 2.

Além dessas questões, o governo anunciou uma recomposição significativa no orçamento dos institutos federais, com um valor de cerca de R\$ 3,9 bilhões previsto para os próximos anos. Também conseguimos revogar três portarias importantes, incluindo a Portaria 983 do governo Bolsonaro, o que representa uma vitória importante.

Por outro lado, é preciso mencionar a postura do governo

no final da greve, que tentou nos impor uma derrota ao assinar acordos com sindicatos sem representatividade, numa atitude que lembra práticas autoritárias do passado. Acredito que nossa categoria deve avaliar criticamente essa questão.

Apesar de tudo, considero que obtivemos avanços importantes. Do ponto de vista político, a greve resultou em um aumento significativo de filiações e na participação ativa da base, o que é um ganho que não pode ser subestimado. Desde 2015, não víamos uma mobilização tão expressiva em torno da educação. Embora alguns setores, especialmente entre os docentes, tenham saído da greve com críticas e insatisfações, a mobilização aproximou a direção do sindicato da base, o que considero um processo político importante e necessário.

Cezar Amario – Diretor do SINDSIFCE

SINDSIFCE PARTICIPA DA “I CONFERÊNCIA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, SINDICATOS E A LUTA POR DIREITOS”

A conferência foi um marco crucial no diálogo e colaboração entre entidades sindicais, a academia e os estudantes universitários, visando enfrentar os desafios impostos pela rápida evolução da IA.

Representantes sindicais, acadêmicos e estudantes universitários das sete universidades públicas do estado (Uece, Uva, Urca, UFC, Unilab, IFCE e UFCA) se reuniram para debater temas urgentes do novo mundo do trabalho. O evento, que ocorreu entre os dias 15 e 17 de maio em Fortaleza, 22 de maio em Redenção, 28 de maio em Juazeiro do Norte e 27 de junho em Sobral, atraiu especialistas renomados na área de Inteligência Artificial, direitos e proteção dos trabalhadores em tempos de grandes mudanças.

O avanço dos sistemas de Inteligência Artificial ocorre a uma velocidade sem precedentes, e as inovações tecnológicas prometem transformar profundamente o mercado de trabalho. Convidados de diversos estados e universidades, incluindo Ceará, compartilharam suas visões sobre as potencialidades, cuidados e desafios relacionados à IA, sempre com foco na proteção da sociedade, do mundo do trabalho e das famílias.

Nomes de peso

Entre os palestrantes, destacaram-se Ricardo Antunes, sociólogo, professor e pesquisador da UNICAMP; Tarcísio Pequeno, docente da UFC e UNIFOR com atuação em



Imagem: I Conferência Inteligência Artificial, Sindicatos e a luta por Direitos

Inteligência Artificial e filosofia; Ladislau Dowbor, economista e professor da PUC-SP; e Priscila Cupello, pós-doutoranda do Programa Lógica e Metafísica da UFRJ.

No dia 17 de maio, Valmir Arruda, Coordenador Geral do SINDSIFCE, participou de uma mesa de debate sobre as perspectivas da inteligência artificial na proteção da sociedade e dos trabalhadores, ao lado do renomado professor Sérgio Amadeu, da Universidade Federal do ABC Paulista (UFABC). Segundo Arruda, "o debate foi salutar, visto que as ideologias do trabalho estão sendo influenciadas pela inteligência artificial, mudando as relações de trabalho e sociais. Para nós, do SINDSIFCE, discutir os novos formatos que impactam a classe trabalhadora sempre será uma prioridade."

Priscilla Uchoa, Diretora do SINDSIFCE, fez a abertura do

evento em Sobral, no dia 27 de junho, com a palestra intitulada "Inteligência Artificial e os Grandes Desafios Desta Onda Tecnológica". Ela enfatizou a importância de considerar as mudanças significativas no mundo do

trabalho provocadas pela IA: "Estarmos aqui hoje significa que reconhecemos a importância deste tema e os impactos que ele provoca em nossa dinâmica de atuação. Parabenizo os organizadores e todos os participantes."

SINDSIFCE PASSA A COMPOR RECÉM CRIADO FÓRUM CEARENSE EM DEFESA DA EDUCAÇÃO FEDERAL

Iniciativa consolida unidade entre categorias e demarca mobilização pós-greve.

Com o lançamento do **Fórum Cearense em Defesa da Educação Federal**, em plenária realizada na reitoria da UFC no dia 4 de julho, docentes, técnico-administrativos e estudantes, deram um passo a mais para consolidar a unidade na luta construída e fortalecida durante a Greve da Educação 2024. Também foi aprovado o regimento do coletivo, que contará com representação dos três setores. As atividades serão realizadas a partir de decisões consensuais do grupo.

A coordenação do Fórum terá representações de entidades ligadas à educação federal, como ADUFC, SINTUFCE, SINDSIFCE e suas entidades representativas nacionais (ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE), além do Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFC) e da União Estadual dos Estudantes do Ceará/Livre (UEE). A expectativa é de que outras entidades se somem em breve à iniciativa. As reuniões serão mensais e as deliberações se darão por consenso, estando prevista votação apenas para mudança do regimento, com exigência de pelo menos 2/3 dos votos favoráveis das entidades presentes para aprovação.

Coordenador-geral do SINDSIFCE, **Valmir Arruda** defendeu o coletivo como mais um espaço de formação política e sindical das categorias. "A gente precisa de formação, ela é constante (...) O que marcou essa greve foi a união da Educação federal. Os nossos grandes atos foram unificados. A gente passou a se reconhecer ainda mais e viu que nessa unidade a gente consegue crescer", ressaltou.

Na avaliação da presidenta da ADUFC, **Profª. Irenísia Oliveira**, o Fórum é o caminho por onde as categorias da Educação podem avançar após a greve. "A luta só pode continuar de maneira organizada. Essa articulação é um dos ganhos da nossa greve. Nós temos nos fortalecido na unidade e temos dado concretude a isso, e esse é um passo importante na nossa organização", avaliou. **"Os ataques contra a Educação continuam e precisamos acompanhar e nos manter mobilizados"**, acrescentou.

Wagner Pires, da coordenação-geral do SINTUFCE, reforçou a importância da articulação do setor da Educação para enfrentar desafios que já estão batendo à porta, como a ameaça da extrema direita nas eleições municipais deste ano. "É muito importante esse movimento que estamos fazendo aqui hoje e é uma conquista da nossa greve. Precisamos seguir firmes e juntos. Aqui ninguém vai baixar a cabeça", destacou.



Foto: Vital

Servidor técnico da UFC e integrante da coordenação da Fasubra, **Daniel Farias** sinaliza o diálogo com a população como uma das principais vitórias da greve. "A gente se fez visível. Principalmente nós, TAEs, éramos muito invisibilizados. Foi muito importante pra gente fazer essa greve em conjunto com docentes e estudantes", disse. Segundo ele, que compôs as reuniões do Comando Nacional de Greve, as idas a Brasília durante a mobilização o fizeram perceber a urgência de se alterar o quadro atual de congressistas. "Foi importante atestar que precisamos eleger parlamentares que se preocupem com a educação. A bancada ainda é muito limitada frente a outras, como a da bala", completou.

"Conquistas foram arrancadas pelas categorias"

O movimento estudantil foi representado na mesa de abertura pelas estudantes Dandhara Cavalcante (DCE/UFC) e Suyanne Vidal (UEE Ceará). "Os estudantes também arrancaram vitórias, como a ampliação de mais 200 bolsas estudantis na UFC (...) Esse Fórum vai ser muito importante na disputa da educação que queremos diante de ameaças como a privatização do ensino superior e a militarização das escolas, por exemplo", citou Dandhara. "Foram as instituições federais de ensino as mais atacadas pelo governo Bolsonaro e estivemos na linha de frente para impedir que nos tomassem as universidades. A luta continua em defesa da recomposição do orçamento das universidades e da reforma na universidade para garantir a permanência dos estudantes", defendeu Suyanne.